

O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985)

Ivan Rodrigo Trevisan

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
ivanrtrevisan@gmail.com

Resumo: Este artigo¹ analisa as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Estado durante a ditadura civil militar (1964-1985), sobretudo através do financiamento estatal da Instituição mediante o repasse de verbas e dos auxílios financeiros concedidos durante o período correspondente a cada chefe de Estado do regime ditatorial à Instituição. Verifica-se também o financiamento da Instituição desde a sua fundação até a vigência do regime ditatorial, compreendendo a proximidade – e a dependência financeira – do Instituto com o Estado como uma relação e uma constante ao longo da sua história.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ditadura Civil Militar. Regime Ditatorial.

Introdução

Instituição secular e de prestígio entre as maiores autoridades educacionais e políticas do País, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX a grande referência na produção do conhecimento histórico e geográfico do (e sobre) o País, tendo ao longo do tempo em seu quadro de sócios incontáveis formadores do pensamento social brasileiro e uma produção historiográfica vastíssima e de importância imensurável, registrada nas páginas da Revista do Instituto, em atividade até os nossos dias.

A fundação do IHGB se deu a partir das sessões nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no ano de 1838, quando o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos apresentaram ao Conselho a

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada "Os Generais Ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)", defendida em 2017 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A pesquisa teve o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

proposta de criação de um Instituto Histórico e Geográfico, proposta aprovada unanimemente em assembleia. Os objetivos iniciais da instituição estabelecidos no art. 1º do Estatuto de 1838 seriam de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil" e a sua "missão institucional" teria como finalidade "preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional"² (RIHGB, 1856, p. 5).

Composto majoritariamente por membros que ocupavam cargos de destaque na administração estatal e políticos de renome desde a sua fundação³, o IHGB declarou-se como uma instituição 'não-oficial', ou seja, uma instituição privada, e portanto, não vinculada ao Estado. Como instituição privada, a questão do financiamento e da manutenção do IHGB colocava-se como central desde a sua fundação.

O Financiamento Estatal do IHGB no Período Monárquico

A primeira questão colocada, no que se refere às finanças e ao funcionamento do Instituto dizia respeito às instalações onde o IHGB viria a realizar as suas atividades e reuniões. A fundação da Instituição e a sede das primeiras reuniões deram-se nas instalações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma sociedade civil, privada, fundada em 1831 com a ajuda do ministério dos Negócios do Império e tinha como seu "protetor", assim como o IHGB, o Imperador Dom Pedro II. A sociedade tinha como objetivo maior "incentivar a indústria nacional, adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria nacional deste Império" (BARRETO, 2008. p. 3).

A partir de outubro daquele ano, o Instituto transfere as suas instalações para o Paço Imperial. Em 1840 muda-se para o Paço da Cidade, de início funcionando nas dependências

² "principalmente aquellas que, versando sobre a História e a Geographia do paíz devem ministrar grande auxílios à pública administração e ao *esclarecimento* de todos os brasileiros" (RIHGB, 1856, p. 5).

³ Dentre os fundadores do Instituto oriundos da burocracia estatal, podemos destacar membros da Contadoria Geral do Tesouro, da Secretaria dos Negócios do Império e da Junta de Comércio, deputados, procuradores, desembargadores e diplomatas, militares de carreira e professores e membros da administração estatal. Entre os sócios com títulos de nobreza que ingressavam nos quadros do IHGB encontram-se Viscondes, Barões e Marqueses. O seu primeiro presidente, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1838-1847) o Visconde de São Leopoldo, ocupava os cargos de conselheiro de Estado e senador. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

do Almojarifado, depois na sala da Portaria das Damas e por último no antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial. Conforme Guimarães (1988, p. 10), o discurso pronunciado pelo imperador na inauguração das novas instalações no Paço Imperial é “carregado de sentido programático, marcando a maior aproximação entre os intelectuais - empenhados na tarefa de escrita da história nacional - o Estado e a Monarquia”.

A aproximação com o Estado monárquico não seria apenas física. A concessão do Paço Imperial para ser a nova sede do Instituto sintetiza a proximidade entre o IHGB e o Estado monárquico. Esta seria a sede oficial do IHGB até o final do período Imperial. Nela, a proteção governamental se faria presente inclusive na presença do Imperador, frequentador assíduo das reuniões da Instituição: de 1849 a 1889, foram mais de quinhentas sessões que contaram com a sua presença e a presidência. O passadizo através do qual o Imperador teve acesso a tantas reuniões é um símbolo da proximidade entre o Instituto e o Estado monárquico:

A partir daquela data, o imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição (GUIMARAES, 1988, p. 10).

Para além da “proteção” do imperador e da ajuda dos sócios honorários, a instituição necessitava de verbas para realizar as suas atividades. Por isso é proposto por Januário da Cunha, em 4 de maio de 1839, que “se peça ao corpo legislativo um subsídio qualquer, dado em loteria, ou por outro meio qualquer, para ajuda das grandes despesas, que o instituto tem a fazer, afim de poder melhor preencher os importantes deveres que tem a cumprir” (RIHGB, 1839, p. 113).

Os registros históricos nas atas do IHGB mostram que o pedido realizado pelo Cônego surtiu efeito na esfera governamental. Ao analisarmos a tabela (1) dos subsídios estatais feitos ao IHGB, percebemos que há um progressivo aumento ao longo do século, sendo dobrado esse valor no ano de 1840 com relação ao ano anterior, passando a corresponder ao equivalente a 75% da receita total do Instituto; os outros 25% do orçamento ficaram a cargo de mensalidades dos próprios sócios:

Tabela 1 - Financiamento do IHGB pela Monarquia (1839-1855)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1839'	1:000\$000
1840' - 1855'	2:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB (1944, p. 430).

Os motivos pelos quais o aumento foi dado imediatamente após o pedido feito pelo Cônego Januário da Cunha passa pela probabilidade de que tenha havido uma articulação entre os membros do IHGB que ocupavam altos cargos políticos e na administração estatal para o exercício de influência sobre as instâncias deliberativas do governo e da legislatura na liberação dos recursos solicitados pela Instituição. Os registros das atas do ano de 1890 parecem confirmar a nossa tese:

A Comissão de fundos e orçamento nutre a mais ardente fé, que essas considerações calarão no ânimo dos nossos ilustrados consócios, que *tem assento em ambas as casas do parlamento*, onde com o rigor de sua palavra fluente e autorizada mostrarão a necessidade de argumentar o auxílio, que esta associação presta o cofre do estado para que assim ela bem possa desempenhar a sua grandiosa missão (RIHGB, 1890, p. 650).

Responsável por boa parte do orçamento geral da Instituição, os subsídios estatais financiavam grande parte das atividades realizadas pelo Instituto, como as 'viagens científicas', que visavam descobrir e catalogar as várias partes que compunham o país, a manutenção do seu acervo e de arquivos e exemplares enviados a Instituição, a Revista do Instituto, lançada trimestralmente, entre outros projetos.

É interessante observar que mesmo com as verbas oriundas do Estado monárquico destinadas ao Instituto terem aumentado progressivamente a partir da segunda metade do Século XIX (tabela 2), estão registradas em suas atas reclamações sobre as dificuldades financeiras que a Instituição tinha para a manutenção das suas atividades⁴:

Tabela 2 - Financiamento do IHGB pela Monarquia (1857-1889)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1857'- 1864'	5:000\$000
1865'- 1882'	7:000\$000
1883' - 1889'	9:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB (1944, p. 430).

⁴ "Por falta de recursos não franqueamos aos estudiosos das cousas da pátria a nossa rica biblioteca, nem estabelecemos cursos históricos e geográficos, e nem damos à luz da imprensa importantes documentos que não cabem nas estreitas páginas da nossa revista trimensal" (FERREIRA, 2009, p. 304 *apud* RIHGB, 1880).

Com o prestígio e o reconhecimento que a Instituição logrou ao longo do século, é bem provável que o IHGB e seus membros se sentissem no direito de reivindicarem a quantia necessária para a realização de suas atividades. A reclamação de Tristão de Alencar Araripe demonstra que o apelo feito aos órgãos governamentais tinha um cunho político, de utilidade pública: a instituição era encarregada pelas “cousas da pátria” (FERREIRA, 2009).

Para Ferreira (2009), as inúmeras discussões a respeito dos papéis dos sócios do IHGB diziam respeito à questão financeira. Frente às dificuldades financeiras vividas pelo Instituto para a realização das suas atividades, Araripe propõe uma reavaliação dos papéis dos sócios e sugere que se aumente o preço das joias para a admissibilidade na Instituição. Assim, é indicada a criação da categoria de *Sócios Honorários*, indivíduos que seriam admitidos conforme a possibilidade de sua contribuição financeira para a Instituição; a proposta seria aprovada no ano seguinte.

Da parte do governo, no que se refere ao não atendimento das exigências e reclamações da Instituição por mais verbas (mais do que o aumento progressivo repassado a Instituição), é possível que a crise e a perda de prestígio da Monarquia no final do século tenham se refletido na ausência de maiores investimentos destinados à Instituição (FERREIRA, 2009). As dificuldades financeiras se fariam agravar ainda mais com a queda da Monarquia, regime com o qual o Instituto se identificava desde o seu início e pelo qual foi mantido financeiramente desde a sua fundação.

O Financiamento Estatal do IHGB durante a República

Com a proclamação da República, um período de instabilidade e de incertezas se faria sentir nos salões do IHGB, principalmente pela forte identificação que a Instituição mantinha com a Monarquia deposta:

Ali, no paço imperial, não estavam somente construções, arquivos, placas, bustos, enfim, materiais que lembravam o Império. Naquele lugar ainda reuniam-se os destacados ex-dirigentes do regime deposto. A ligação para os apaixonados defensores da República era clara: o IHGB representava o antigo regime (HRUBY, 2007, p.45).

Em um contexto ainda de instabilidade política, sob o governo Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, acontecem prisões e perseguições a intelectuais e “homens de letra” sob a acusação de conspirarem para a restauração monárquica. Já nos primeiros anos após

a proclamação da República, o IHGB teve os seus subsídios cortados pela metade pelo Congresso nos anos de 1892 e 1893:

Tabela 3 - Financiamento do IHGB no período republicano (1892-1893)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1892'	9:000\$000
1893'	4:500\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB (1944, p. 430).

Os apelos da Instituição por mais subsídios pareciam não convencer a nova elite política republicana que ainda via na Instituição um “reduto de Sebastianistas” ou de “Pedrinistas” (RIHGB, 1944, p. 431):

Ainda mais uma vez relembra a comissão ao Instituto a necessidade de solicitar-se dos altos poderes do Estado o aumento do subsídio anual e temos fé que esse apelo não será baldado por partir da 1^a das nossas associações literárias que contando mais de meio século de existência tem renome firmado no velho e no novo mundo, e que guarda com estremecido zelo em seus arquivos os mais raros e preciosos documentos que são valiosos subsídios para a história pátria e em sua biblioteca obras de mais subido valor e a conservação de tanta preciosidade a ninguém mais interessa do que a Nação Brasileira a quem de direito elas pertencem, e o Governo Provisório não deixa de certo de atender a um pedido tão justo e razoável visto que a associação dispõe de tão minguados recursos (p. 415).

O presidente Joaquim Norberto da Souza e Silva relatou nas atas as dificuldades pelas quais passava a Instituição nesse conturbado momento: dívidas e falta de verbas para impressão, transcrição de documentos, reimpressão de mapas e de obras, compra de livros, conservação de objetos. O IHGB esteve prestes a desaparecer nesse período, tendo sido relatado o caso de um ministro do governo (não citado) que defendia a dissolução da Instituição e a doação de seu acervo material a Biblioteca Nacional (RIHGB, 1944, p. 431)

Para além dos subsídios estatais cortados pela metade e sem quaisquer expectativas de aumento por parte do governo, o IHGB aumentou e flexibilizou os critérios para a entrada de novos sócios na Instituição. Se até então o candidato a sócio deveria comprovar a sua “suficiência literária” para ingressar na instituição, a partir da proposta prevista nos estatutos de 1890, o candidato deveria pagar uma joia de admissão no valor de 20\$000 e uma taxa semestral de 6\$000 (HRUBY, 2007, p. 40).

A criação da categoria de *Sócios Beneméritos* é mais uma das estratégias da Instituição para a sua sobrevivência em tempos difíceis. O título deveria ser conferido “às pessoas que, por sua avançada idade, consumado saber e distinta representação, estejam no caso de dar credito ao Instituto em circunstancias de justificar a escolha” (RIHGB, 1890, p.

632). Sem dúvida, tratavam-se de pessoas que viessem a dar status e ‘créditos’, no sentido literal, à Instituição. As novas estratégias parecem ter surtido efeito no orçamento interno da Instituição: as receitas referentes ao ano de 1889 no valor de 12:818\$410 sobem de maneira significativa para 49:719\$570 no ano seguinte (RIHGB, 1889, p. 18).

No entanto, devido à crônica dependência da Instituição com relação às verbas do Estado, se faria necessária uma nova rearticulação do Instituto com a nova elite dirigente republicana. Coube à presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro⁵ a rearticulação da estratégia para garantir a sobrevivência da Instituição, a principal delas seria a aproximação com a classe política e a esfera governamental.

Quando assumiu a presidência da República o primeiro presidente civil, Prudente de Morais, o IHGB enviou uma Comissão para cumprimentá-lo. O gesto foi correspondido pelo chefe máximo do Executivo que compareceu à Sessão Aniversária do IHGB no ano de 1894 (RIHGB, 1895, p. 387). Estes gestos sem dúvida simbolizavam uma aproximação entre o Instituto e o governo republicano. Essa aproximação se faria crucial para a continuidade do IHGB que, sem o financiamento estatal, dificilmente prosseguiria com suas atividades.

Para Guimarães, a situação de isolamento do IHGB começou a mudar após a presidência dos marechais (1889-1894), tendo como ponto de partida “para que o brilho dos velhos tempos ressurgisse” a nomeação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco⁶, para a direção do Instituto, em 1908. Segundo a autora, na década de 1920 aconteceriam uma série de festejos e acerto de contas com o passado, numa clara tentativa de conciliação e aproximação entre a República e o antigo regime (GUIMARÃES, 2007).

Segundo Guimarães (2007, p. 153), *O Ciclo de Conferências no Centenário da Independência*, de 1923, “evidencia o divórcio do Instituto com as concepções historiográficas ali construídas desde os tempos monárquicos”. A autora também cita como ponto de aproximação entre o Instituto e o Estado republicano a criação da Academia de Altos Estudos do IHGB, em 1916, que trabalharia na formação de docentes e burocratas a serviço do Estado. Da Academia de Altos Estudos surgiriam mais tarde a Faculdade de Filosofia e Letras, em 1919, inspiradas nos modelos da Escola Normal Superior de Paris (GUIMARÃES, 2007, p. 32).

O IHGB, como principal instituição produtora de conhecimento histórico desse período disponibilizaria e direcionaria a sua produção historiográfica na elaboração de narrativas históricas que estivessem em simetria com o ideário político republicano. A

⁵ Gestão de 1891 a 1906.

⁶ Ministro das Relações Exteriores da República.

escrita e a construção de uma determinada interpretação da história do Brasil eram de interesse do regime republicano e do seu processo de legitimação política desde uma perspectiva histórica.

Outro fato que nos parece de extrema importância e que sinaliza a guinada do IHGB para a proximidade com a esfera política republicana – e que se tornou crucial para a sua manutenção financeira – foi a nomeação do seu Presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro para a presidência do Supremo Tribunal Federal, o que traria, sem dúvidas, prestígio e influência para o Instituto, bem como poder de barganha e de negociação necessários para angariar os subsídios necessários a Instituição.

Não tardou para que a proximidade entre o IHGB e o governo republicano se traduzisse no aumento de 100% dos subsídios estatais direcionados a Instituição. Com base nos dados registrados na Revista do Instituto, os valores repassados ao IHGB passaram de 4500\$000 referente ao ano de 1893 para 9000\$000 no ano seguinte, 1894 (RIHGB, 1944, p. 430). Em contrapartida, o IHGB disponibilizava o seu acervo e seu saber à administração governamental⁷ (HRUBY, 2007). O discurso do Presidente Olegário em Sessão do IHGB pretendia ressaltar a importância que a Instituição tinha para o poder público e para a instrução moral e cívica do país, além de sinalizar a bem-sucedida aproximação entre a Instituição e a esfera política e administrativa republicana:

Ninguém mais que o poder público é interessado na manutenção e desenvolvimento das instituições que têm por fim promover e aperfeiçoar a instrução moral e intelectual, de que depende essencialmente o engrandecimento e o progresso do país; e os nobres e conspícuos funcionários, quando aqui comparecem e abrilhantam nossa reunião, demonstram bem compreender a alta conveniência de favorecer e animar a ação benéfica e salutar influência que exerce a instrução sobre os destinos da sociedade⁸ (HRUBY, 2007, p. 408).

Os novos dirigentes políticos certamente tinham consciência da necessidade da História para a legitimação do novo poder instaurado. Para isso, a História seria fundamental para a justificação do projeto político republicano. O papel instrumental da História para a consolidação daquele projeto político começava a delinear-se na mudança do calendário cívico e datas festivas, nos monumentos representativos, no panteão “de heróis da República”, etc. O IHGB certamente se adequava aos novos tempos (RIBEIRO, 2011). A aproximação com o Instituto se fazia estratégica para a legitimação do regime instaurado. Conforme Ribeiro (2011, p. 4-5), “interessava ao Estado nacional da época construir narrativas que explicassem as origens republicanas no Brasil”, pois a ausência de uma tradição republicana “era, sem dúvida, um obstáculo a ser superado pelas forças

⁷ Hruby relata como as informações do IHGB começam a aparecer nos relatórios do governo a partir de 1894.

⁸ Discurso do presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895 (RIHGB, 1896, p. 408).

políticas que assumiram o poder em 1889”. Daí a necessidade do Instituto Histórico e Geográfico para a criação dos “mitos” e eventos que forjassem uma “tradição republicana”, de revoltas e rebeliões contra o poder centralizador e opressor da Monarquia.

Podemos citar dois exemplos dessa busca de antecedentes republicanos na história do Brasil presentes no IHGB e que buscavam forjar uma ‘tradição republicana’ que serviria ao novo calendário do regime: o resgate e a construção de uma imagem positiva de Tiradentes, como ‘herói’ da conjunção mineira e como um símbolo precursor da ideia de república no Brasil (RIHGB, 1897); e a revolução Pernambucana de 1817, que, segundo o sócio Tristão de Alencar Araripe, havia neste movimento um pensamento anticolonial de cunho republicano e democrático (RIHGB, 1897, p. 385), em consonância com a perspectiva defendida pelo consócio Manuel Duarte Moreira de Azevedo, que via no movimento corrido em 1817 em Pernambuco uma ‘revolução republicana’ (RIHGB, 1897, p. 98).

Ferreira (2009, p. 33) analisa como as comemorações do centenário de 1817 estavam marcadas pelo interesse e pela necessidade de reconstrução do passado da Nação, em um contexto de afirmação dos valores cívicos republicanos: “o interesse dos grupos dirigentes em legitimar a república se traduzia nos usos políticos que se fazia da história”. Consolidava-se assim uma íntima e recíproca relação entre o poder político republicano e o IHGB.

A aproximação com o Estado republicano foi, sem dúvida alguma, exitosa para o IHGB. Depois de um período turbulento e de incertezas com a derrubada do regime monárquico (com o qual a Instituição tinha fortes vínculos), a Instituição agora gozava de estabilidade financeira, tendo seu subsídio garantido e progressivamente reajustado pelo governo republicano, podendo pleitear reformas para a sua sede e o custeio por parte dos cofres públicos para a publicação trimestral da sua revista (RIHGB, 1902, p. 524).

Tabela 4 - Financiamento do IHGB no período republicano (1894-1897)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1894'	9:000\$000
1896'	12:000\$000
1897'	14:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB (1944, p. 430).

A boa fase vivida pelo IHGB – após um período turbulento e de incertezas financeiras devido à queda da Monarquia, principal financiadora do Instituto – advinda, sobretudo pela aproximação com a esfera política e administrativa republicana, está simbolizada no envio ao Congresso Nacional no ano de 1907 de um projeto de lei que

reconheceria a Instituição como de “utilidade pública” demonstrando o reconhecimento que o IHGB havia retomado desde os tempos de outrora (RIHGB, 1902, p. 524).

Obviamente que o Instituto teve que rever os seus objetivos e perspectivas diante de um novo quadro histórico e político que se apresentava com a queda da Monarquia e com o exílio de Dom Pedro II, seu maior “protetor”. As incertezas políticas advindas com a proclamação da República somavam-se às mudanças internas pelas quais passava a instituição com a renovação do seu quadro de sócios (ingresso de novos sócios e falecimento de boa parte da geração que havia fundado o Instituto) e a consequente renovação de ideias e de concepções advindas com a mudança de composição do Instituto.

No entanto, o IHGB soube se remodelar e se adaptar à nova conjuntura e continuou tendo uma atuação significativa nos estudos históricos e geográficos, bem como em assuntos contemporâneos através do auxílio na administração pública e na inserção no meio educacional, através da Academia de Altos Estudos.

A Ditadura Civil Militar e o Financiamento do Instituto

Embora não se trate de uma instituição “oficial” do Estado, mas de uma instituição privada e de caráter “científico-cultural”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro historicamente necessitou de verbas e subsídios de origens estatais para a sua manutenção e funcionamento, tornando a sua dependência financeira crônica com relação ao Estado. Com o golpe de Estado em 1964 e a implantação do regime ditatorial no país, a política de custeio e de manutenção financeira da Instituição não seria diferente, o IHGB recorreria novamente ao Estado e ao poder público para angariar os recursos necessários para sua manutenção. Estes pedidos de auxílios financeiros bem como os valores repassados ao Instituto nesse período estão registrados nas atas e balanços financeiros publicados em sua Revista.

Para além da relação financeira estabelecida entre o IHGB e o regime, a aproximação dos militares com uma instituição secular e de prestígio na sociedade, além de contribuir no processo de legitimação destes chefes de Estado, mostrava-se estratégica como uma instituição cultural com capacidade de elaborar e divulgar conceitos e concepções históricas de interesse do regime, como a fomentação do discurso patriótico e de uma educação moral e cívica (efemérides, hinos, símbolos) capazes de transmitir os valores do regime.

A criação do Conselho Federal de Cultura⁹ (CFC) pelo governo de Castelo Branco através do Decreto-lei nº 74, demonstra a importância e a preocupação que o regime tinha com a área cultural¹⁰, e a composição do Conselho contava com membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹¹. Como órgão consultivo do ministério da Educação e Cultura, a proximidade e a presença destes membros do IHGB na composição do Conselho possivelmente exerceram influência nas decisões para o repasse de verbas ao Instituto.

A “simbiose” (RIHGB, 1979, p.192), conforme o IHGB definiria a relação entre as duas instituições, certamente seria proveitosa financeiramente para o Instituto: no ano de 1969, dois anos após a fundação do Conselho, seria repassado aos cofres do Instituto uma quantia no valor de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para a manutenção dos “serviços habituais” do Instituto. O valor seria pago em parcelas de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) até chegar ao valor total do repasse aprovado pelo Conselho (RIHGB, 1969, p. 208) Segundo declaração do Instituto à época, as relações entre as duas instituições seriam “as melhores possíveis”. Os agradecimentos feitos ao Conselho seriam constantes nas páginas da sua revista. Conforme nota, devido aos subsídios repassados pelo Conselho, o Instituto poderia continuar “presente entre as instituições culturais do país” (RIHGB, 1970, p. 214).

O ano de 1973 registraria um caso “atípico”, quando “estranhamente” o Instituto “não necessitaria recorrer aos benefícios materiais de verbas concedidos habitualmente pelo

⁹ Caberia ao Conselho formular a política cultural nacional, decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos, promover a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, dentre outras providências (DECRETO DE FUNDAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1966). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>> Acesso em 20 de fevereiro de 2017. Criado em um contexto de inserção do Estado na área cultural, entendida como estratégica para as políticas de governo, o Conselho funcionaria como uma “orientação” do regime ditatorial no campo da cultura. Conforme Maia, o Conselho tinha como objetivo “institucionalizar a ação do Estado no setor cultural” cabendo ao órgão a função de “elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar”, “valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da Nação” (MAIA, 2012, p. 34).

¹⁰ A importância da área cultural nas diretrizes políticas do regime está registrada no pronunciamento de Estado Castelo Branco durante a criação do Conselho: “não estaria concluída a obra da revolução no campo intelectual se, após trabalhos tão profícuos em benefício da educação, deixasse de se voltar para os problemas da cultura nacional. Representada pelo que através dos tempos se vai sedimentando nas bibliotecas, nos monumentos, nos museus, no teatro, no cinema e nas várias instituições culturais, é ela, naturalmente, nesse binômio educação e cultura, a parte mais tranquila e menos reivindicante. Poderia dizer que é a parte dos cabelos brancos, e, talvez, por isso, já segura do que fez e do que fará pelo Brasil. Cumpre, porém, dar-lhe, principalmente, condições de preservação, e, portanto, de sobrevivência e evolução” (CFC, 1976, p. 20).

¹¹ Segundo um levantamento realizado por Tatyana Maia, entre os anos de 1967 e 1975, quatorze membros do IHGB compunham os quadros do Conselho, sendo eles: Arthur Reis, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Manuel Diégues Júnior, Josué Montello, Djacir Lima Menezes, Raymundo Moniz de Aragão, Renato Soeiro, Clodomir Vianna Moog, Moyses Vellinho, Clarival do Prado Valladares, Miguel Reale, Silvio Meira e Pedro Calmon (MAIA, 2012, p.62).

Conselho Federal de Cultura” (RIHGB, 1973, p.123). O motivo: o Ministério da Educação já havia repassado ao Instituto a quantia de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) através de um convênio com o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC destinado à manutenção do Instituto. A medida dever-se-ia, segundo o Instituto, sobretudo graças à “benemerência à sua Excelência Sr. ministro Jarbas Passarinho, nosso Consócio” (RIHGB, 1973, p.123). Neste mesmo ano, o ministro faria uma “demorada visita” à Instituição. O Instituto ainda faria a ressalva de que “nem por ter assim acontecido deixam as relações entre as duas instituições de continuar amistosas”, mas ao contrário, a “parceria” e os convênios entre o Instituto Histórico e Geográfico e o Conselho Federal de Cultura continuaria se renovando anualmente, inclusive para a publicação de livros do Instituto¹² (RIHGB, 1973, p. 123). Novamente no que se refere à articulação e a influência dos membros do IHGB em órgãos ligados ao Estado e ao Ministério, faz-se necessário registrar que o diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do ministério de Educação e Cultura, o professor Manuel Diegues Junior, era membro permanente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB, 1976, p. 283).

No ano seguinte (1974), através do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, o Conselho repassaria ao Instituto a quantia de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) “em função da sua qualidade de órgão difusor da cultura nacional, por sua Sala Pública de leitura e sua Revista, acessível ao público e distribuída às instituições culturais”, acrescido do valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o “pagamento das despesas obrigatórias como pessoal, material de consumo e outras” (RIHGB, 1974, p. 161). O Conselho ainda disponibilizaria de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) para a publicação de livros que “tenham merecido o beneplácito do Instituto” (RIHGB, 1974, p. 161).

Os repasses aprovados pelo Conselho ao IHGB seriam permanentes ao longo de toda a década de 1970'. Conforme registrado na Revista do Instituto no ano de 1976, as relações entre as duas instituições continuam “de forma mais amistosa possível”. Também pudera, entre os anos de 1975 e 1976, o CFC aprovou repasses ao Instituto no valor de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), no campo da defesa do patrimônio histórico e artístico, Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para microfilmagens de documentos e Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para a realização do Congresso Comemorativo do Sesquicentenário de Dom Pedro II, além dos subsídios “habituais” para a publicação de livros. Por tudo isso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “renovaria ao Conselho

¹²O vice-presidente Pedro Calmon já havia assinado o convênio para a publicação do livro: *La Independência Del Paraguay Y El Imperio Del Brasil*, de R. Antônio Ramos (RIHGB, 1973, p.123).

Federal de Cultura as expressões do seu melhor agradecimento” (RIHGB, 1976, p. 282). A arrecadação de verbas através de programas e de políticas públicas ligadas à área da educação e da cultura promovidas pelo governo através do ministério da Educação como para a realização de eventos culturais, comemorações de datas históricas ou realização de congressos temáticos, demonstra uma simetria entre as atividades desenvolvidas pelo Instituto e as diretrizes políticas educacionais e culturais patrocinadas e incentivadas pelo regime.

Conforme o balanço da Comissão de Fundos e Orçamentos, do ano de 1965, foram repassados ao Instituto pelo governo federal e pelo Estado da Guanabara os valores correspondentes a Cr\$ 9.000.000,00 (nove mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco mil cruzeiros) para a comemoração do bicentenário da mudança da capital da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (RIHGB, 1965, p. 205). Havia convênios entre o Instituto e o Estado para a realização de eventos comemorativos de datas históricas, como a realização da Semana da Pátria, ocorrida no ano de 1969 e que contou com o auxílio do Instituto Histórico e Geográfico, merecendo os devidos agradecimentos do Sr. Governador do Estado, Francisco Negrão de Lima (RIHGB, 1971, p. 408).

Todas as prestações de contas do Instituto eram levadas ao conhecimento do Tribunal de Contas da União e do Estado, sendo apresentados os “respectivos comprovantes”, conforme determinava a legislação vigente da época (RIHGB, 1965, p. 206). Percebe-se que além do constante repasse direto de verbas do Estado autoritário ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - através do Ministério da Educação ou do Conselho Federal de Cultura - eram repassados auxílios específicos para a realização de eventos culturais e datas festivas, para publicações de livros, manutenções ‘habituais’ do Instituto e para a construção da sua nova sede, bem como a sua completa isenção fiscal. Todos os chefes de Estado da ditadura civil militar garantiram o constante repasse de verbas à instituição, conforme a tabela que vem a seguir.

Tabela 5 - Distribuição dos anos, governos e valores

Ano	Governo	Valores
1965	Castelo Branco	Cr\$ 9.000.000,00
1966	Castelo Branco	Cr\$ 110.000.000,00
1969	Costa e Silva	Cr\$ 150.000.000,00
1973	Médici	Cr\$ 300.000.000,00
1974	Médici	Cr\$ 200.000.000,00
1974	Médici	Cr\$ 90.000.000,00
1975-1976	Ernesto Geisel	Cr\$ 36.000.000,00
1975-1976	Ernesto Geisel	Cr\$ 9.000.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, Porto Alegre (2016).

Como observamos nos números apresentados no gráfico, tem-se um significativo aumento dos valores repassados ao Instituto do segundo para o terceiro ano do governo Castelo Branco, quando esses valores mais que decuplicaram, ainda que o índice de inflação tenha tido um pequeno aumento de 34,24% em 1965 para 39,12% no ano seguinte¹³. O aumento é bastante expressivo e revela o prestígio que a Instituição tinha diante do primeiro chefe de Estado do regime ditatorial, neste momento já Presidente de Honra da Instituição; Castelo Branco ainda concederia a isenção fiscal para a nova sede do Instituto (RIHGB, 1966, p. 186). Na ocasião de sua posse como Presidente Honorário, Castelo Branco afirmaria em seu pronunciamento que nenhuma instituição seria mais adequada que o IHGB para representar a “magnífica tradição de perseverança na missão de zelar pela nossa história” (RIHGB, 1964, p. 287).

Os valores repassados ao Instituto durante o governo Costa e Silva seguiram praticamente o mesmo patamar anterior, com um leve aumento de 40.000.000 (quarenta mil cruzeiros), somado ao recuo da inflação naquele período para a casa dos 25% no ano de 1969. Lembrando que o Instituto teve uma relação bastante próxima com o general Costa e Silva, não por acaso, foi ele quem assinou o decreto que tornou o Instituto Histórico e Geográfico uma instituição de “utilidade pública”¹⁴ (RIHGB, 1966, p. 166) e a quem o Instituto se referiria mais tarde como o seu “inesquecível Presidente de Honra” (RIHGB, 1970, p. 291). Na ocasião de sua posse como Presidente de Honra, o orador oficial do Instituto, Pedro Calmon, recebeu Costa e Silva afirmando que “a Casa que o recebe é também a dos que, não tendo morrido pela Pátria a quem nada negaram, viveram pela Pátria a quem tudo deram” (RIHGB, 1967, p. 180). Assim a “Academia da Memória, da Tradição”

¹³ Todos os dados econômicos históricos referentes à inflação e ao PIB utilizados tem como fontes o IGP-DI/FGV (1948-1979), IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Depec.

¹⁴ Através da lei de n. 61.251, artigo 1º, sancionada no dia 30 de agosto de 1967 pelo então chefe de Estado, Costa e Silva.

e do “límpido civismo” empossou Costa e Silva na Presidência Honorária do Instituto, para Calmon, “nesta hora, mais do que nunca, a Casa do Brasil” (RIHGB, 1967, p. 180). Em um contexto de fomentação do patriotismo e de exaltação dos símbolos nacionais, utilizados nas políticas educacionais, culturais e em propagandas da ditadura, a afirmação de Pedro Calmon estava em consonância com o discurso e a narrativa política e ideológica do regime ditatorial.

O grande aumento dado seria registrado durante o governo do general Médici, que duplicou o valor repassado à Instituição do ano de 1972 para o ano de 1973. No entanto, faz-se necessário ressaltar que boa parte desse valor dizia respeito ao auxílio concedido ao Instituto para a construção da sua nova sede, iniciada nesse período com a aprovação do chefe de Estado. Os valores repassados ao IHGB durante o governo Médici permaneceram altos durante todo o seu governo, em comparação com os seus antecessores, considerando que a inflação havia baixado significativamente nesse período, chegando a 15,54% em 1973 durante o chamado ‘milagre econômico’, quando o país registrou uma taxa de aumento no PIB de 14%.

Os números traduzem a boa relação do Instituto com o chefe de Estado, general Médici que seria, além de Presidente de Honra do Instituto, o grande responsável pela construção da nova sede da Instituição, e a isto o Instituto seria eternamente grato ao general Médici. Não por acaso, o Instituto declarara estar vivendo um “momento histórico glorioso” (RIHGB, 1973, p. 123) nesse período, o que sob o âmbito financeiro da Instituição, justifica-se.

Já o governo de Ernesto Geisel seria marcado por um profundo recuo nos valores repassados ao Instituto, voltando ao valor do primeiro ano do governo Castelo Branco, 9.000.00 (nove mil cruzeiros) no ano de 1976, com a inflação duplicada em relação ao ano anterior, chegando à casa dos 46,25%. Casualidade ou não, a diminuição drástica dos recursos durante o governo Geisel coincide com o atraso do chefe de Estado a comparecer ao IHGB para ser empossado como seu Presidente de Honra (RIHGB, 1977, p. 245) subjazendo uma possível perda de prestígio e de reconhecimento da Instituição diante do chefe de Estado.

Interessante observar como os valores repassados ao Instituto em cada um desses períodos coincidem com a proximidade que cada chefe de Estado tinha com a Instituição. Castelo Branco, Costa e Silva e Médici foram, sem dúvidas, os chefes de Estado do regime ditatorial que mais prestigiaram a Instituição ao longo do período em que estiveram à frente do governo, através de gestos simbólicos e subjetivos que demonstravam a importância que a Instituição tinha para eles; assim como a diminuição dos valores repassados durante o

governo Geisel coincide com o comparecimento do chefe de Estado com três anos de atraso para ser empossado como Presidente de Honra do Instituto - em uma “rápida visita”, diferentes das “sessões solenes” que empossaram os seus antecessores. Não existem maiores registros de menções, correspondências ou gestos de proximidade entre o chefe de Estado, Ernesto Geisel e o Instituto.

Embora todos os chefes de Estado da ditadura tenham repassado valores e subsídios ao Instituto Histórico e Geográfico, durante o governo do general Médici foram repassados valores em muito superiores aos dos outros chefes de Estado, além do repasse definitivo para a construção da nova sede do Instituto. Alguns dos indícios subjetivos que levaram o general Médici a prestar tamanha relevância e prestígio à Instituição histórica durante o seu governo estão presentes em seu discurso de posse como Presidente Honorário¹⁵ do Instituto, onde o general Médici apresenta uma visão instrumental e pragmática da História, logo do Instituto histórico, afirmando que “não se governa sem a história”, ressaltando o vínculo existente entre “história, geografia e poder”. A história, em sua concepção, fazia parte da “problemática nacional”, cabendo à história e aos historiadores “a sua contribuição para a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, de uma educação cívica e democrática brasileira” (RIHGB, 1970, p. 317). O general ainda faria questão de dizer que o seu governo “conta com Instituições docentes e culturais, ligadas à história, e especialmente com este Instituto” (RIHGB, 1970, p. 319), o que comprova a hipótese da importância estratégica que uma instituição cultural e de prestígio como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha na elaboração e divulgação de narrativas históricas que contribuíssem para a formulação das políticas educacionais e culturais do regime.

Apesar da maior parte das verbas para a manutenção do Instituto ser de origem estatal, a instituição contava também com uma economia e um orçamento interno próprio. Segundo o artigo 15º do regimento interno da Instituição, do ano de 1965, formavam os fundos da Instituição: joias de admissão, emolumentos de diplomas e contribuição de sócios, receita resultante da venda da Revista e demais publicações do Instituto e as subvenções concedidas pelo poder público. A tabela de contribuição dos sócios correspondia aos

¹⁵ Em 1839, um ano após a sua fundação, o IHGB decidiu declarar o Imperador Dom Pedro II como “protetor” do Instituto. No ano de 1841 é aprovada e regularizada a categoria dos ‘Presidentes Honorários’ da Instituição a ser conferida “aos Príncipes da Família Imperial Brasileira e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros, a quem o Instituto dirige e deseja essa contemplação” (RIHGB, 1841, p. 247). Com a queda da Monarquia e a proclamação da República, o título de Presidentes Honorários seria redirecionado aos ‘Presidentes da República’, em uma adaptação dos estatutos ao novo contexto político republicano (RIHGB, 1890, p. 630). Todos os chefes de Estado da ditadura civil militar compareceram ao Instituto para serem empossados como seus Presidentes Honorários.

respectivos valores: joia Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), diploma Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) e mensalidade Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros); doações ao Instituto (RIHGB, 1965, p. 314).

No artigo 16 consta que esses fundos seriam aplicados no seu expediente, na reparação e na conservação de sua sede e dos objetos de sua propriedade ou uso; nos vencimentos dos funcionários administrativos; na impressão de suas publicações; nas despesas com congressos; na compra de livros, manuscritos, mapas e peças históricas, etnográficas, filmes e discos e no pagamento dos prêmios criados pelo Instituto (RIHGB, 1965, p. 295).

Em termos financeiros, as taxas cobradas aos sócios do Instituto não representavam grandes valores para a época, visto que o salário mínimo neste ano de 1965 era de Cr\$ 66.000.00¹⁶ (sessenta e seis mil cruzeiros), ou seja, o valor da mensalidade de Cr\$ 1.000.00 (um mil cruzeiros), por exemplo, é simbólico e praticamente irrisório em termos financeiros. O preço da joia de admissibilidade para os membros que ingressavam na Instituição também é um valor baixo, tratando-se de uma sexta parte do salário mínimo, em um período em que a inflação estava relativamente estável, 34,24%, comparado ao ano anterior aonde a inflação chegou à casa dos 92,12%¹⁷. Isto é, os valores cobrados pela Instituição aos seus sócios, desde uma perspectiva econômica histórica, nos revelam mais simbólicos do que necessariamente efetivos para a manutenção da entidade, o que confirma a nossa tese de ‘insustentabilidade financeira’ do Instituto, daí a necessidade de recorrer ao estado e às verbas públicas para a sua manutenção.

Apesar da existência do orçamento interno da Instituição mantido a base de contribuições e doações dos seus sócios, os constantes pedidos e reclamações feitas junto ao poder público por mais verbas, os períodos difíceis pelos quais passou o Instituto ao longo de sua história, como quando esteve a ponto de “encerrar as atividades”, ou como quando ficou sem uma sede própria, também nos confirmam a dependência financeira crônica da Instituição com relação às verbas de origem estatal. Quando o consócio disse que o Instituto não tinha “renda própria” (RIHGB, 1963, p. 261), provavelmente estava se referindo ao fato de o IHGB não ser uma instituição autossustentável financeiramente, dependendo majoritariamente das verbas do poder público para realizar as suas atividades.

¹⁶ Disponível em <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

¹⁷ IGP-DI/FGV (1948-1979), IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Deprec.

Embora a maior parte das verbas públicas repassadas ao Instituto procedesse do governo federal, o Instituto também articulava pedidos e recebia subsídios nas esferas estaduais, como no caso do governo e da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, estado aonde estava situado o Instituto. No ano de 1964, a deputada Lígia Maria Lessa Bastos da UDN, apresentou à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara o projeto de lei n. 635 que estabelece “dotação permanente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, onde constam os seguintes termos:

Art. 1º. – O orçamento estadual consignará a verba de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), a ser paga, obrigatoriamente, no primeiro semestre de cada exercício financeiro ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para manutenção e custeio de seus serviços gratuitos em benefício dos pesquisadores, professores e estudiosos (RIHGB, 1964, p. 241).

O projeto foi aprovado e promulgado pelo Presidente da Assembleia deputado Victorino James, também da UDN, no dia 17 de novembro de 1964, incluindo o IHGB no orçamento do Estado da Guanabara, passando o Instituto a ter o seu repasse de verbas garantido por lei. O Instituto faria questão de agradecer reconhecendo a medida como “o primeiro ato do poder público de estímulo e cooperação para continuar esta instituição a manter seus serviços em benefício do público” (RIHGB, 1964, p. 241).

Interessante observar que todos os políticos que defenderam projetos de interesses do IHGB nos espaços institucionais eram membros da União Democrática Nacional (UDN), casos da deputada e do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, Maria Lígia Bastos e Victorino James, do deputado José Bonifácio, na Câmara Federal, e do governador do Estado da Guanabara e principal líder do partido, Carlos Lacerda, o que nos indica uma possível articulação de membros do Instituto com quadros políticos da UDN, como um meio de representação dos interesses do Instituto nos espaços institucionais, havendo a probabilidade de uma aproximação e um alinhamento político entre o Instituto e grupos vinculados a União Democrática Nacional, partido de oposição a João Goulart e apoiador do golpe que o destituiu da presidência da República.

O IHGB e a sua Nova Sede

Outra questão central de ordem financeira referente ao repasse de verbas e subsídios do governo à Instituição diz respeito à sede da Instituição e ao histórico de realocações e transferências de suas instalações desde a sua fundação nas dependências da Sociedade

Auxiliadora da Indústria Nacional, passando pelo Paço Imperial ao longo do século XIX e pela necessidade de uma nova instalação a partir da metade do século XX.

Anteriormente ao golpe de 1964 já são registrados pedidos de verbas ao governo federal para a construção de uma nova sede para o Instituto (RIHGB, 1963, p. 259). A União já havia cedido um terreno e um auxílio de oito milhões de cruzeiros concedidos por lei federal em 1955 e posteriormente repassado o valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), através de lei do ano 1958, para a construção da nova sede do Instituto (RIHGB, 1963, p. 260).

Mesmo com estes auxílios e com o repasse direto de verbas do governo Federal para a construção da nova sede, o Instituto alegava que os valores repassados não eram suficientes, “além da inflação e da subida dos preços que impossibilitavam a realização da obra” (RIHGB, 1963, p. 260). Segundo o Instituto, eram necessários duzentos milhões de cruzeiros para a construção da nova sede, valor em muito superior aos Cr\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de cruzeiros) repassados pelo Estado até então (RIHGB, 1963, p. 261). O Instituto alegava passar por uma grave crise financeira no ano de 1963¹⁸, sendo a precariedade das suas instalações o principal problema vivido pelo Instituto naquele período:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desde 21 de Outubro de 1838 mantém abertos seus arquivos aos estudiosos, sua grande biblioteca e sua mapoteca, completa 125 anos de existência, tendo que enfrentar talvez o seu mais sério problema até hoje: falta absoluta de recursos para reiniciar as obras de sua nova sede, que estão paralisadas na segunda laje, enquanto o velho Silogeu em que funcionava já está parcialmente demolido e o que resta ameaça desabar (RIHGB, 1963, p. 259).

A situação pela qual passava o Instituto era delicada: a nova sede ainda não havia ficado pronta, ou pior, estava com suas obras paralisadas devido à falta de verbas para a sua continuidade e a antiga instalação aonde até então havia funcionado o Instituto estava em processo de “deterioração”, conforme relatado pelo Instituto:

Quem quer que visite as instalações atuais do Instituto, verificará com constrangimento a situação precária em que se encontram, amontoados quadros e mapas preciosos, acumulados bustos e peças históricas de alto valor, retratos e medalhas que dizem muito do nosso passado (RIHGB, 1963, p. 261).

O IHGB enviava reiterados pedidos de verbas e auxílios ao Congresso e ao governo federal alegando que “Instituições como essa não possuem renda própria, dependendo de auxílios do poder público os recursos financeiros para o prosseguimento das obras”

¹⁸ A crise do Instituto e a precariedade das condições de sua sede foram divulgadas em nota pública no jornal O Globo do dia 19 de Outubro de 1963 (RIHGB, 1963, p. 260).

(RIHGB, 1963, p. 261), conforme demonstra este “apelo” do sócio Néelson Costa às autoridades políticas registrado no ano de 1963:

É, pois, uma instituição cultural que enobrece o nosso país, merecendo a compreensão dos legisladores e governadores estaduais, sobretudo, do Congresso Nacional, para que possa continuar a cumprir os seus objetivos cívicos e culturais, mantendo a sua alta finalidade de verdadeira Casa de História Nacional (RIHGB, 1963, p. 262).

Com a demora do repasse de maiores volumes de verbas do governo federal – que já repassava habitualmente três milhões de cruzeiros ao Instituto (RIHGB, 1963, p. 275) – o IHGB decide redirecionar os seus pedidos ao governo do Estado da Guanabara, estado aonde estava localizado o Instituto e com o qual a Instituição mantinha boas relações com o seu governador, Carlos Lacerda.

A estratégia daria certo e um repasse no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) foi autorizado pelo governador que justificou tal decisão “pelo muito que essa entidade merece por seus inestimáveis serviços prestados à Cultura” (RIHGB, 1963, p. 376). O agradecimento da Instituição ao governador foi imediato nas palavras do seu *Presidente Perpétuo* José Carlos de Macedo Soares:

E assim procedeu, por iniciativa de Vossa Excelência, que patrioticamente presta dessa maneira inestimável serviço à cultura nacional, atendendo solícitamente ao que lhe fora pedido em janeiro p.p. – É com justo motivo, portanto, que lhe apresento os mais vivos agradecimentos em meu nome e da Instituição, que por mais de 125 anos vem contribuindo para o engrandecimento cultural do Brasil. – Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta estima e distinta comemoração (RIHGB, 1963, p. 376).

Graças ao repasse de verbas feito pelo Estado da Guanabara as obras da nova sede do Instituto haviam recomeçado. No entanto, em sua antiga sede, um novo “agente perturbador” havia surgido: por decisão judicial, o terreno onde estava situado o Instituto voltaria a sua antiga doadora, a Província Carmelitana Fluminense que agia, conforme o Instituto, como um “ambicioso latifundiário urbano, a ampliar o seu patrimônio territorial, à custa de uma instituição de cultura, destituída de intuítos lucrativos” (RIHGB, 1963, p. 246).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia sido despejado da sua antiga sede e do espaço territorial onde a mesma situava-se. O Instituto alegava que o despejo ia “contra os seus direitos”, pois havia se tornado proprietário do imóvel mediante escritura lavrada em Procuradoria da Fazenda Nacional, e registrada no Tribunal de Contas da União em 26 de fevereiro de 1957 (RIHGB, 1964, p. 243).

Em meio à crise financeira e o despejo da sua antiga sede, bem como a condenação a demolição parcial do seu antigo prédio “imposta por exigências da remodelação

urbanística”, o IHGB encontrava-se em meio a “embarços e contratempos” (RIHGB, 1964, p. 242), como a paralisação das obras da sua nova sede, novamente em função da ausência de recursos financeiros e a ocorrência de um “acidente nocivo” no prédio da antiga sede do Instituto, registrado na Revista do Instituto naquele ano (1966), demonstrando a urgência de uma nova instalação para a Instituição (RIHGB, 1966, p. 165). O “acidente” ocorrido e relatado no ano de 1966 tratava-se de uma infiltração de água no depósito destinado ao armazenamento da Revista do Instituto, localizado no edifício da sua sede:

A catástrofe de janeiro de 1966 surpreendeu-nos com a infiltração d’água no depósito em grande quantidade e altura, que devido à dedicação dos funcionários do IHGB e dos operários da obra da nova sede, conseguimos esvaziar, impedindo maiores e graves danos. Os prejuízos sofridos alertam-nos quanto a possíveis repetições da infiltração d’água, pois, na segunda enchente deste ano, embora menor, ela repetiu-se. Assim sendo, é indispensável a retirada dos volumes da parte baixa para outro local¹⁹ (LUZES, 2014, p. 11).

O IHGB recorreria novamente ao Poder Público para sair da crise e ainda esperava a aprovação do projeto apresentado, em 1959, à Câmara Federal pelo deputado José Bonifácio (UDN) que disporia ao Instituto um auxílio no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para a construção de sua sede. O projeto estaria parado na Câmara, segundo o IHGB, devido à ausência de apoio dos pares do deputado e em função da sobrecarga de emendas que tornam o projeto “ineficaz”. Diante de tal situação, o IHGB recorreria a estabelecimentos privados de créditos para tentar sanar a sua crise e reativar as obras de sua nova sede (RIHGB, 1964, p. 244).

A situação começaria a mudar a partir de 1964, mais especificamente em 1966, durante o governo do marechal Castelo Branco. Os fatos e as constantes exigências do Instituto para com o Poder Público da necessidade de mais verbas para a continuação da construção da sua nova sede surtiriam efeito no governo Castelo Branco, que emitiu o decreto de n. 58.763 na data de 28 de Junho de 1966 que o definia nos seguintes termos:

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o Crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso 1 da Constituição Federal e da autorização contida na Lei. n. 4.927, de 17 de fevereiro de 1966 e, tendo ouvido o Tribunal de Contas da União nos termos do art. 93, do Regulamento Geral da Contabilidade Pública. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. Brasília, 28 de junho de 1966, 145 da Independência e 78 da República. - H. Castelo Branco (RIHGB, 1966, p. 273).

¹⁹ Processo 20.357/67. Carta de Adelaide Morosini Alba ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em 14 de Abril de 1967.

O primeiro chefe do Estado após o golpe, o marechal Humberto Castelo Branco repassava o considerável valor de Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros) para a construção da nova sede do Instituto, do qual, faz-se necessário ressaltar, o mesmo já era seu Presidente de Honra. Para “coroar” o reconhecimento por parte das autoridades políticas e do chefe de Estado da ditadura para com a Instituição, foi-lhe concedida, nesta mesma ocasião, a isenção completa do imposto de renda para a sua nova sede, medida homologada pelo diretor do Ministério da Fazenda através do processo n. 89.782-66. A leitura da medida foi “vivamente aplaudida” pelos sócios nos salões do Instituto (RIHGB, 1966, p. 186).

No entanto, dois anos após a medida, estranhamente o IHGB continuaria a reclamar da ausência de verbas para a conclusão de sua obra que, segundo o Instituto, “não tem sido um mar de rosas” pelo mesmo motivo de sempre: “a falta de recursos”. As obras da nova sede encontravam-se paralisadas no decorrer do ano de 1969 (RIHGB, 1968, p. 190).

O Instituto atuaria em duas frentes para tentar resolver o impasse: uma com o professor Morales de Los Rios Filho, visando resolver o problema em escala federal e uma outra frente com o professor Pedro Calmon, articulando uma solução com o governo estadual (RIHGB, 1969, p. 207). A solução para o impasse envolvendo a nova sede do Instituto viria um ano mais tarde durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, em 1970, simultaneamente a posse do general Médici como Presidente Honorário do IHGB e a eleição do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho como Sócio Honorário do Instituto (RIHGB, 1970, p. 210-211).

Quando na ocasião da posse do general Médici como Presidente de Honra do Instituto, o seu presidente Pedro Calmon aproveitou a oportunidade para pedir pessoalmente ao chefe do executivo a ajuda financeira necessária para a conclusão da nova sede:

O instituto desejava ter recebido V. Ex. num palácio que estivesse ao mesmo tempo à altura de tão ilustre confrade, e lhe oferecesse a tranquila certeza de que esse precioso recheio de cultura estaria convenientemente preservado para as gerações futuras - que tal é o dever da instituição. Por isso, confiante na superior e generosa compreensão de V. Ex. no sentido de que lhe sejam facilitados os meios de terminar a sua nova sede, cuja construção, iniciada em terrenos cedidos por governos anteriores ao de V. Ex., e por eles custeada, o tem sido com dotações infelizmente insuficientes, e de tal modo que, se a construção prosseguir no mesmo ritmo, em 15 anos não estará terminada (RIHGB, 1971, p. 102).

O Instituto alegava entender as "contingências do momento presente" (referindo-se ao momento econômico do país) e elogiaria o governo do general Médici e os seus "propósitos de contenção de despesas do governo", que "patrioticamente luta sem esmorecimento e já com admirável êxito, contra a inflação" (RIHGB, 1971, p. 102).

O sócio Mozart Monteiro se encarregaria de fazer um levantamento histórico das sedes ocupadas pelo Instituto ao longo da sua história. Conforme o sócio, o Instituto, que é hoje “uma das mais antigas e importantes instituições culturais, não apenas do Brasil, mas de toda a América”, e com todo o seu “prestígio cultural”, nunca teve ao longo dos seus 133 anos de existência, uma sede “condigna” com o tamanho e a importância da Instituição, “nem no Império, nem na República” (RIHGB, 1971, p. 96). A Instituição, segundo Monteiro, “nunca teve renda própria” e os seus sócios e dirigentes “nunca receberam um real pelo seu trabalho” (RIHGB, 1971, p. 96). O IHGB sempre foi “a grande Casa da História do Brasil; sempre foi glorioso, mas também foi sempre pobre” (RIHGB, 1971, p. 97). Finalmente, depois de todos esses anos “mal instalados” o Instituto poderia ter uma sede condizente com o tamanho e o prestígio da Instituição, um prédio “adequado às necessidades do Instituto” ao qual poderiam chamar de “Palácio da História” (RIHGB, 1971, p. 97).

O general Médici acolheu o pedido feito pela Instituição e havia se comprometido a liberar os recursos necessários para a conclusão da nova sede do Instituto. Os agradecimentos, as congratulações e os louvores “ao patriotismo e a visão” (RIHGB, 1971, p. 97).²⁰ do general Médici pela liberação das verbas necessárias para a construção da sua nova sede seriam constantes durante aquele ano nos salões do Instituto:

Hoje, como historiador, quero fazer justiça ao Presidente Médici. Deus permita que, no próximo ano, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, ele inaugure, pessoal e festivamente, o Palácio da História do Brasil. Acima da justiça da História, só existe a justiça divina (RIHGB, 1971, p. 96).

A nova sede do Instituto foi inaugurada no dia 5 de setembro de 1972 pelo então chefe de Estado do regime ditatorial, Emílio Garrastazu Médici, com o comparecimento quase integral dos sócios e congressistas, registrado em uma “nota festiva”, que corresponde ao “estado d’alma comum a todos os sócios” (RIHGB, 1972, p. 243). O agradecimento ao general Médici seria eterno e o seu nome ficaria “desde o presente momento, para sempre, entre os grandes beneméritos do Instituto, ao lado de Dom Pedro II” (RIHGB, 1971, p. 121). O chefe de Estado seria premiado naquela ocasião com uma medalha de ouro do Presidente do Instituto Pedro Calmon (RIHGB, 1972, p. 257). Os elogios se estenderiam ao “esclarecido” ministro da Educação, o senador Jarbas Passarinho, “que tem feito das questões de cultura um dos objetivos principais da sua linha de ação” (RIHGB, 1971, p. 122).

²⁰ “Graças ao patriotismo e a visão do Presidente Médici, as obras de construção do novo edifício do Instituto Histórico – abandonadas durante sete anos – já recomeçaram; e estão marchando a passos largos.”

Após passar por um período crítico com crises orçamentárias e de ausência de uma sede para a realização de suas atividades, o Instituto contava agora com uma nova sede, com doze andares e com total isenção fiscal, com as “bênçãos” do ditador Emílio Garrastazu Médici²¹.

Considerações finais

Assim como ao longo de toda a sua história, desde a sua fundação no regime monárquico, passando pelo período republicano, o Instituto obteve o auxílio financeiro do Estado durante toda a vigência do regime ditatorial para a sua manutenção e para a realização das suas atividades, visto a insustentabilidade financeira da Instituição e a sua dependência crônica com relação às verbas de origem estatal. Todos os chefes de Estado da ditadura, além de serem empossados como Presidentes de Honra da Instituição, garantiram o repasse de verbas ao IHGB nos períodos em que estiveram no comando do Estado, o que estabeleceu e configurou ao longo de todo o período uma relação financeira e institucional entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os chefes de Estado do regime ditatorial.

Além do repasse de verbas, o Instituto obteve – por decisão do chefe de Estado, general Médici – o inanciamento necessário para a construção da sua nova sede, bem como a sua completa isenção fiscal, concedida anteriormente pelo marechal Castelo Branco. A lei promulgada por Costa e Silva, no ano de 1970, que passou a considerar o IHGB como uma instituição de "utilidade pública" também revela toda a importância e o prestígio que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha diante dos chefes de Estado da ditadura.

Para além da relação financeira e institucional entre o IHGB e o regime ditatorial, havia, conforme demonstramos, pontos de encontro e de interesse do regime em aproximar-se de uma instituição secular e referência na produção do conhecimento histórico como o IHGB, seja no processo de legitimação política ou objetivando a produção e divulgação de discursos e narrativas históricas que contribuíssem na formulação das políticas educacionais e culturais que estivessem em simetria com a doutrina política e ideológica do regime ditatorial.

Depois de um período de crises financeiras, o IHGB gozava de estabilidade financeira, de uma sede nova e do reconhecimento diante das maiores autoridades políticas

²¹ O Instituto encontra-se atualmente em atividade nesta mesma sede, inaugurada em 1972.

do País. Talvez isso explique o porquê da declaração feita um ano mais tarde (em 1973), de que o Instituto passava por um "momento histórico glorioso" – no auge da repressão e do regime ditatorial em nosso país.

THE FUNDING OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHIC AND HISTORICAL INSTITUTE DURING THE MILITARY CIVILIAN DICTATORSHIP

Abstract: This article aims at analyzing the relation established between the Brazilian Geographic and Historical Institute (IHGB) and the Government during the military civilian dictatorship (1964-1985). It focuses on the Institute's state funding by means of fund transfer and financial support provided during the period that corresponds to each Head of State of the dictatorial regime. The other objective is to verify the Institute's funding since its foundation until the end of the dictatorship period and check the connection – and financial dependence – of the Institute and the Government throughout history.

Keywords: Brazilian Geographic and Historical Institute (IHGB). Military civilian dictatorship. Dictatorial regime.

Referências

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. Identidade.** XIII Encontro de História ANPUH. Rio de Janeiro, 2008, p. 3.

Disponível em:

<http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_arquivo_artigo_revisado.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2016.

DECRETO DE FUNDAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1966.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

ECONOMIA e Finanças. **Histórico do Salário Mínimo.** Disponível em

<http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde .htm>. Acesso em: 20. ago. 2016.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. **A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889).** Campinas, SP [s. n.], 2009.

GUIMARÃES, Lucia Mana Paschoal. **Da escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).** Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912).** Porto Alegre, 2007. 233 f.

IHGB - Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro. **Sócios Fundadores**. 2016b. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 2016b.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o conselho federal de cultura na ditadura civil militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras. 2012.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias**: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817, 2011, p. 193. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19904/19904_1.PDF acesso em: 15 de outubro de 2016.

RIHGB - Revista Do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro. Disponível em <<https://ihgb.org.br/pesquisa.html>>. Acesso em: 2016-2017.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da república de 1817**, 2011, p. 193.

SOBRE O AUTOR

Ivan Rodrigo Trevisan é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Recebido em 29/05/2017

Aceito em 08/07/2017